

Novidades editoriais

Traduções e colectâneas de textos

- *Aristófanes. Cavaleiros*, introdução, tradução do grego e notas de Maria de Fátima Silva (Lisboa, Edições 70, 2004) 171 p.
- *Aristóteles. Constituição dos Atenienses*, introdução, tradução do original grego e notas de Delfim F. Leão (Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2003) 151 p.
- *Aristóteles. Poética*, prefácio de Maria Helena da Rocha Pereira, tradução do grego e notas de Ana Maria Valente (Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2004) 123 p.
- *Aristóteles. Obras completas – Os Económicos*, introdução, notas e tradução do original grego e latino de Delfim F. Leão (Lisboa, INCM, 2004) 101 p.
- *Hélade. Antologia da cultura grega*, organização e tradução de Maria Helena da Rocha Pereira (Porto, Edições ASA, 2003) 586 p.
- *Marcial. Epigramas vol. IV*, introdução e notas de Cristina de Sousa Pimentel, tradução de Delfim F. Leão, José Luís Brandão e Paulo Sérgio Ferreira (Lisboa, Edições 70, 2004) 211 p.
- *Sete odes de Píndaro*, selecção, apresentação, tradução do grego e notas de Maria Helena da Rocha Pereira (Porto, Porto Editora-Biblioteca Sudoeste, 2003) 127 p.
- *Sófocles. Tragédias*, prefácio de Maria do Céu Fialho, introdução e tradução do grego de Maria Helena da Rocha Pereira, José Ribeiro Ferreira e Maria do Céu Fialho (Coimbra, MinervaCoimbra, 2003) 639 p.

Estudos Clássicos

a, e-mail: leo@ci.uc.pt)

veira (Univ. de Coimbra, e-mail:
n Silva (Univ. de Coimbra, e-mail:
e Pinho (Univ. de Coimbra, e-mail:

amalho (Univ. de Coimbra); Antonio
Bernhard Zimmermann (Univ. de
(Univ. de Extremadura); Giovanni
Claude Margolin (Univ. de Paris –
niv. de Coimbra); Marc Mayer Olivé
Céu Fialho (Univ. de Coimbra,
os Clássicos e Humanísticos); Maria
e Coimbra); Pascal Thierry (Univ. de
Coimbra).

inais enviados para publicação devem
os a outra entidade editorial; serão
tas ou aos elementos da Comissão
segundo as normas de edição definidas.
qualidade da publicação e, sempre que
especialistas essa qualidade, quer da
elho Editorial. Não serão devolvidos os
como em formato digital, pelo que os
abalhos.

ssicos da Faculdade de Letras da

Faculdade de Letras da Universidade

ssicos

Universidade de Coimbra

39 836 733

da

ctivo da FLUC

FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
INSTITUTO DE ESTUDOS CLÁSSICOS

HVMANITAS

Vol. LVI



COIMBRA
2004

Macedo ficou conhecido nas letras principalmente pela versão latina que realizou da epopeia de Camões (*A Lusíada*), que veio a ser publicada em 1880. A *Philippica Portuguesa contra la invectiva castellana*, porém, não é menos importante no domínio da literatura autonomista do período da Restauração, pois naquela causa colectiva, a que aderiram populares e universitários, mestres, sacerdotes e poetas, juristas e missionários, ela constitui uma obra de referência.

A obra de Frei Francisco de Macedo foi composta, como o próprio título indica, sob a inspiração remota das *Philippicae Orationes* de Cícero. Mas torna-se ainda mais evidente o ascendente das *Filípicas* que Demóstenes escreveu contra Filipe da Macedónia (Cf. *Prologo al Lector*).

A introdução que precede a obra não só resume em breves páginas as longas peripécias da fascinante biografia do autor, como expõe de forma clara os antecedentes necessários à sua compreensão (as circunstâncias da sua génese, tendo em conta a carreira diplomática do autor) e as várias partes que integram o texto. Este destinava-se a refutar, argumento por argumento, todo o conteúdo da *Invectiva Castellana*. Assim, no início de cada capítulo da *Philippica Portuguesa* o autor cita cuidadosamente os argumentos do seu rival, a fim de legitimar e dotar do máximo de autoridade a figura régia de D. João IV (a quem se dirige a *Epistola Dedicatoria*.) e a Casa de Bragança.

Depois do *Prologo al Lector*, que ocupa cerca de 3 páginas, o autor evoca a autoridade de outros autores que sustentaram polémicas contra os seus opositores (Santo Agostinho, S. Jerónimo, S. Basílio) e procede a uma apreciação global da obra castelhana. Para o leitor actual é extremamente útil a leitura prévia das pp. 5-20, que encerram um resumo da obra em duas colunas, de forma a poder-mos cotejar a proposta castelhana de um lado e a refutação portuguesa do outro.

É preciso ler os 46 capítulos que compõem a obra para termos uma noção real da sua importância para o conhecimento do pensamento política da Restauração e de uma das principais vias de fundamentação da soberania da Casa de Bragança: a fundamentação religiosa, que criou e recuperou alguns mitos nacionais como o Sebastianismo, o Milagre de Ourique e o Quinto Império.

No entanto a leitura mítica e sagrada que o autor faz dos acontecimentos não o impediu de tecer duras acusações ao governo de Filipe II e a toda a conduta da geração filipina, nem de evocar D. João II como a figura do Rei perfeito. Mesmo assim, Frei Francisco de Macedo termina a sua obra com um desejo de reconciliação entre as duas coroas, e um apelo aos Príncipes da Igreja e ao Sumo Pontífice, para que se restabeleça a paz entre os Príncipes desavindos.

MARGARIDA MIRANDA

MECHOULAN, Henry: *Les juifs du silence au siècle d'or espagnol* (Paris, Albin Michel, 2003). ISBN 2-226-14271-1

A diáspora judaica é ciclicamente objecto de atenção por parte de estudiosos de diversas áreas, com particular destaque, como é bom de ver, para a história. No âmbito desses estudos, a Península Ibérica ocupa lugar de grande relevo. Neste caso, estamos perante um interessante trabalho sobre a vivência dos cripto-judeus peninsulares no período compreendido entre 1550-1650. Após uma breve introdução geral, a obra subdivide-se em seis capítulos centrais, subordinados aos seguintes títulos: «À l'origine du cryptojudaïsme», «Le cryptojudaïsme», «Le secret et la peur», «Quelques procès», «La grande peur des vieux chrétiens, ses conséquences sociales, économiques et intellectuelles» e «Quelques grandes figures issues du cryptojudaïsme». Méchoulán pretende cingir-se, como o próprio título indica, ao período de tempo que corresponde ao que convencionou chamar-se o *siècle d'or espagnol*. Esta designação, comum na historiografia espanhola, talvez não seja a mais apropriada para abarcar o fenómeno do cripto-judaísmo peninsular, que não pode ter, em nossa opinião, um tratamento indiferenciado. E isso não se deve apenas a uma mera questão formal, antes pelo contrário, não parece correcto afirmar que a perspectiva adoptada seja a mais adequada. A centralidade de Portugal no que respeita ao cripto-judaísmo peninsular, no período pós-1497, quanto a nós, é indiscutível. Convém acentuar que foi daí, desde as primeiras décadas de Quinhentos, que partiu o grosso dos cripto-judeus das várias comunidades sefarditas, o que redobra a importância que deve ser atribuída a essa centralidade.

O próprio autor está consciente de que «Le cryptojudaïsme n'est pas univoque ou monolithique» (p. 43). Deve sublinhar-se, porém, que o estudo não acentua a forma necessariamente diversa como foi vivido o cripto-judaísmo nas duas monarquias peninsulares nem apresenta com clareza a posição singular e única que o espaço português ocupa nesse domínio. De facto, Méchoulán não se atém unicamente ao estudo do cripto-judaísmo no espaço espanhol. Pelo contrário, em variadas e repetidas ocasiões, sente a compreensível necessidade de ilustrar e fundamentar a sua exposição com exemplos e figuras emblemáticas de cripto-judeus portugueses. Não nos parece que esta questão seja de somenos importância, pois é essencial procurar entender as diferenças e as motivações próprias que nortearam, em cada momento, cada uma das comunidades. Em particular, convém não esquecer as razões de fundo que fazem de Portugal uma referência central e incontornável no estudo do cripto-judaísmo e da diáspora sefardita.

A antiga tradição historiográfica transmite frequentemente a falsa ideia de que Portugal foi apenas um simples ponto de passagem de um número alargado de judeus vindos de Espanha, em 1492, os quais se juntaram aos supostamente poucos e, também supostamente, não tão importantes judeus que desde há muito

viviam em Portugal. O fenómeno do bilinguismo português-castelhano, reflectido nas obras redigidas em língua castelhana por muitos escritores cristãos-novos portugueses dos séculos XVI e XVII, associado ao período da união ibérica (1580-1640), constituem mais dois factores que contribuíram para dar crédito e sustentação à referida tradição.

A realidade, porém, mostra-nos uma face completamente distinta. Há uma vasta comunidade judaica perfeitamente enraizada e florescente em Portugal, que precede a chegada dos seus correligionários do país vizinho. A expulsão dos judeus do território português, em 1497, executada de início de forma mais simulada que efectiva, e a tardia implantação da Inquisição no nosso país, deu azo a que as primeiras décadas de Quinhentos constituíssem uma época de relativa paz e prosperidade para os cristãos-novos residentes em Portugal. Nesse período, o criptojudaísmo desenvolveu-se com alguma liberdade no país, dando mesmo lugar a manifestações públicas de messianismo, de que são exemplo as trovas do Bandarra ou a saga de Diogo Pires, *alias* Salomão Molcho, e de David Reubeni (pp. 61-64). De facto, a conversão forçada dos judeus, por imposição de D. Manuel, coincidiu com o momento áureo da expansão portuguesa e, naturalmente, foi nesse meio e nessas circunstâncias que os cristãos-novos se envolveram desde o primeiro momento no comércio dos produtos quer da metrópole quer das colónias, em particular as especiarias, o sal e o açúcar, e em todas as actividades que lhe estavam associadas.

A experiência e o capital adquiridos pelos judeus portugueses, nos primórdios da expansão portuguesa no século XIV, engrossados mais tarde com a vinda dos seus correligionários espanhóis, formaram uma comunidade capaz de aproveitar as novas e únicas oportunidades que iam surgindo em África, no Oriente, no Brasil e também nas colónias espanholas. A descoberta do caminho marítimo para a Índia veio revolucionar por completo todo o sistema em que assentava o comércio mundial de especiarias. O tráfico de escravos, por exemplo, um dos negócios mais rendosos nos séculos XVI e XVII, foi quase sempre dominado por cristãos-novos portugueses quer se dirigisse às colónias portuguesas ou às espanholas.

O florescimento económico, alicerçado sobretudo na intensa actividade comercial, depressa criou as condições favoráveis para que cada vez mais membros desta comunidade tenham aproveitado as oportunidades que se lhes ofereciam para atingir uma posição cimeira em várias áreas da vida financeira e comercial e do saber, quer dentro quer fora de Portugal. Do comércio à medicina, da literatura à alta finança, da ciência em geral ao ensino universitário, da filosofia à imprensa, nestas e noutras áreas, não seria difícil encontrar vários nomes de cristãos-novos portugueses que se notabilizaram, nacional e internacionalmente, nos séculos XVI e XVII.

A participação destacada desta comunidade no grande comércio transoceânico português e, mais tarde, espanhol, tanto no século XVI como no XVII, é uma

das actividades mais importantes que contribui decisivamente para a criação e fixação de comunidades judaico-portuguesas em Londres, Antuérpia, Veneza, Ferrara ou Ancona, desde as primeiras décadas de Quinhentos. Os membros da Nação Portuguesa, regra geral, assumem-se como portugueses e, não obstante a expulsão e, posteriormente, a severa acção do Tribunal do Santo Ofício, mostram não poucas vezes orgulho nas suas origens lusas. O sentimento de apego à pátria e de saudade que perpassa pelos versos do poeta eborense Diogo Pires não parece ser fingido nem ser caso isolado. Manifesta-se, de forma explícita e com regularidade, em fontes documentais e literárias diversas. No entanto, nem sempre assim acontece. Méchoulán apresenta um excerto do discurso proferido, em 1642, por ocasião da visita do príncipe Frédéric-Henri e da rainha Henriette-Marie à sinagoga de Amsterdão, pelo judeu português Manuel Dias Soeiro, *alias* Menasseh ben Israel, em que este afirma solenemente que a pátria dos seus correligionários já não era Portugal ou Espanha mas a Holanda (p. 214). Não há dúvida de que a pátria, por vezes, é madrasta para os seus filhos mas, quer queiramos, quer não, há sempre alguma coisa que nos liga para sempre ao lugar onde nascemos e demos os primeiros passos. Amor e ódio, saudade e repúdio enredam-se de forma inextricável no seio dos sentimentos suscitados pela memória da pátria. Foram muitos os cristãos-novos que ficaram em Portugal e mantiveram contacto com os seus familiares e conterrâneos dispersos pelo mundo. Ao longo dos séculos XVI e XVII estabelece-se uma rede de contactos entre os que permaneceram e os que partiram, a qual partilha com frequência o mesmo caminho das rotas comerciais. Como comprovam alguns processos inquisitoriais, ao contrário do que talvez se esperaria, há mesmo vários exemplos de cristãos-novos que regressam do estrangeiro, por motivos diversos, à pátria que os viu nascer.

De facto, não é por acaso que são em grande medida cristãos-novos portugueses os homens que, em Lisboa e Antuérpia, lançam as bases do capitalismo moderno e do grande comércio transoceânico. São estes homens que assumem um papel decisivo e incontornável na diáspora sefardita, organizando e financiando redes de apoio à emigração dos seus conterrâneos menos favorecidos. A formação da comunidade sefardita de Amsterdão, a que Méchoulán dedicou importantes trabalhos, tem indiscutivelmente por detrás de si as actividades da pioneira e empreendedora comunidade judaico-portuguesa, sediada na plataforma comercial de Antuérpia, desde as primeiras décadas do século XVI. Foram os membros do famoso Consórcio da Pimenta, que estiveram na base do grande comércio internacional associado, primeiro, às especiarias, em particular à pimenta, e depois alargado a muitos outros produtos provenientes da metrópole e das colónias portuguesas. Nessa primeira metade de Quinhentos foram lançadas as sólidas raízes de uma estrutura alargada de base comercial, cultural e religiosa, assente em redes familiares, cujos membros se encontravam dispersos

pelas grandes praças comerciais europeias. Não admira que a comunidade judaico-portuguesa tenha uma importância decisiva tanto em Antuérpia quanto em Amsterdão, a partir de onde, mais tarde, assume mesmo um papel crucial no financiamento do esforço de guerra que levou Portugal à restauração da independência, em 1640. Méchoulán, cuja obra é dedicada aos judeus do silêncio do século de ouro espanhol, no capítulo VII, tem necessidade de evocar «les personnalités de quelques anciens cryptojuifs, qui ayant réussi à quitter la péninsule ibérique, revinrent au judaïsme». Pelo que se diz acima, não nos surpreende que de entre as seis eminentes individualidades do séc. XVII citadas por Méchoulán – Menasseh ben Israël, *alias* Manuel Dias Soeiro, Abraão Pereira, Manuel Fernandes Vila Real, Fernando Isaac Cardoso, Uriel da Costa e Antonio Enríquez Gomez – de entre todos, apenas o último seja espanhol.

Méchoulán conclui o seu estudo com a afirmação de que «Le judaïsme sépharade qui s'épanouit sur les bords de l' Amstel dès le début du XVIIe siècle devait tout aux souffrances et à l' obstination des cryptojuifs qui réussirent à gagner ce havre de paix où ils édifièrent un judaïsme reconnu et respecté dans ce qu'on appela la «Jérusalem du Nord». As tribulações do povo hebraico há muito que tinham tido início. Esta foi, sem dúvida, mais uma dura etapa, que nem todos cumpriram da mesma forma. Uns ficaram, outros partiram: das margens do Tejo às do Escalda, das margens do Pó às do Amstel, foram muitos e variados os caminhos trilhados pelos «Senhores do Desterro de Portugal», a quem Samuel Usque dedica o prólogo da *Consolação às tribulações de Israel*.

A obra de Méchoulán é, pois, um excelente contributo para o estudo dessa época e para a compreensão do papel, de importância indelével, que os criptojudeus nela desempenharam. É de saudar, por isso. Pena é que (e não se veja nestas palavras qualquer bairrismo serôdio) tenha confundido dois países e duas culturas que têm, apesar de tudo, as suas especificidades, isto é, Portugal e Espanha, deixando diluir, de uma forma pouco clara, pouco precisa e, sobretudo, pouco consistente, a primeira na segunda.

ANTÓNIO ANDRADE

SÁNCHEZ SALOR, E.: *De las "elegancias" a las "causas" de la lengua: retórica y gramática del humanismo* (Alcañiz-Madrid, Instituto de Estudios Humanísticos, 2002), 607 p. ISBN: 84-8483-082-9

En el prólogo a esta obra, añorada y necesaria, señala el profesor Luis Gil que quizá el título «no manifieste en su elegante concisión la riqueza de su contenido». Yo añadiría que el juicio sería más acertado si hubiese suprimido el «quizá». En efecto, no estamos sólo ante una monografía que abarca el período,

Humanitas 56 (2004)

de poco más de un siglo, que media entre la aparición de las *Elegantiae* de L. Valla (1471) y la *Minerva* del Brocense (1587), sino ante una verdadera historia de la gramática.

De manera retrospectiva, el autor se remonta a los orígenes mismos de la tradición gramatical o, si se prefiere, a la filosofía del lenguaje del platonismo, para explicar los antecedentes de las gramáticas de elegancias, y del aristotelismo, para hacer lo propio con las gramáticas de las causas (pp. 90 y ss.). Consciente de que en doctrina gramatical prácticamente nada nace *ex ovo*, continúa con la aportación helenística (Apolonio Discolo) y romana (Donato y Prisciano) para explicar las gramáticas del Renacimiento, especialmente en la importancia que adquiere la *oratio* como referente analítico en su doble estructura, profunda (*constructio iusta*) y superficial (*constructio figurata*), así como el papel que desempeñan las figuras retóricas y gramaticales en la explicación del proceso de evolución de las gramáticas de elegancias a las gramáticas racionales.

Naturalmente, una obra de esta envergadura sólo puede afrontarse desde dos premisas: el conocimiento exhaustivo de la tradición gramatical y el amplio bagaje de sintaxis, bajo cualesquiera de sus corrientes.

El profesor Sánchez Salor reúne ambas condiciones. A sus ya clásicos estudios sobre sintaxis, *Sintaxis Latina. La correlación*, Cáceres, Universidad de Extremadura, 1984 y *Semántica y Sintaxis. La oración compuesta latina*, Cáceres, Universidad de Extremadura, 1993, ha sumado numerosos artículos en revistas especializadas sobre las cuestiones que analiza diacrónica y sincrónicamente en esta monografía y que son el fruto maduro de varios proyectos de investigación sobre la materia.

Contamos así con un complejo mosaico de no menos de cincuenta gramáticos, algunos de ellos editados por vez primera en español (L. Valla, Saturnio, Linacro, Escalígero), analizados no sólo a partir de los estudios más prestigiosos (P. O. Kristeller, G. A. Padley, K. Percival, J. Chomarat, B. Colombat, L. Gil. J. M^a Maestre) sino de las propias fuentes. El resultado, como no podía ser de otra forma, es una obra que desde ahora será referencia obligada para los cada vez más numerosos investigadores del humanismo.

Estructurada en dos grandes partes, absolutamente complementarias, en la primera (325 págs.) procede al análisis de los conceptos de 'elegancia' y 'causas' para concluir, mediante criterios semánticos y de lingüística comparada, que la elegancia es simplemente 'sencillez' y 'exquisitez', concepto que se apropian los oradores para formar parte de la *elocutio* como una de las tres cualidades del estilo, junto con la *compositio* y la *dignitas*, y que se entiende, en la práctica, como expresión de la corrección gramatical y la belleza.

Cuando en el renacimiento A. Dato y L. Valla estudian las elegancias de la lengua sencillamente pretenden imitar a los autores que usaron el latín correcto, puro y brillante, aunque no se ajustaran estrictamente a la norma gramatical. En

Humanitas 56 (2004)